

## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

### Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá - 2019

Aos quatro dias do mês de julho, do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua João Eugênio, nº 959 - Centro Histórico, para a 2ª Reunião Extraordinária do ano de dois mil e dezenove, tendo como Pauta: 1. Aprovação da Fundação Municipal de Saúde. Estavam presentes os Conselheiros: **Gestores** – Claudomiro Gomes Macedo e Maria do Rocio Pereira Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde). **Prestadores dos Serviços Públicos** - Gabrielle Maria de Mello e Camila da Silva Figueira (HRL – Hospital Regional do Litoral). **Trabalhadores em Saúde** - Maria Salette de Almeida (Conselho Regional de Odontologia do Paraná), Nilson Hideki Nishida (Conselho Regional de Farmácia – CRF-PR), Anacleto Fernandes Magno (SISMUP – Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá), Vanessa de Oliveira Lucchesi (Conselho Regional de Fonoaudiologia – 3ª. R). **Usuários** – José Dougiva da Silva Costa (Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas Categoria dos Estivadores), Maria Feliciano dos Santos (Asilo São Vivente de Paulo), Eliza Antonieta Pedrussi (União EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Roberto Costa (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá), Jean Carlos K. Freire e Avani Florêncio Pedro Carneiro (Congregação Mariana de Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Sonia Maria Resende Monteiro e Anaide Célio Morato (Pastoral da Criança), Waltencir de Oliveira (STIA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral). **Convidados** – Lilian de Souza Rodrigues (COGEM), Luiz Carlos Alves Araujo (UFPR Litoral), Mônica do Carmo Pereira Neves (SEMSA), Thiago Kutz (Câmara), Fabio Santos (Câmara), Manuely Antunes Câmara, Eliniz Mendes (SEMSA), Silvano Fernandes (SISMUP), Queila A. Nogueira (MPPR), Leovaldo Bonfim Pinto (SESA), Vereador Nagel (Câmara), Dr. José Antônio (SEMSA), Paulo Sérgio Charneski (SEMSA), Caroline Deres Cordeiro (SEGOV), Walléria Neris Teixeira (PROGEM), Nilo Ribeiro (Câmara), Marcio Alves (Câmara), Claudio Apiacas (COMBIR), Simone Maria Hirt (COGEM), Kie C. Santos França (COGEM), Claudio C. Margarida (SESA), Vereador Sargento Orlei (Câmara), Giselle do Amaral Ferro (SEMSA), Silvana de Moraes (SEMSA), Carlos A. Fangueiro (Câmara), Francisco L. N. dos Santos (Câmara), Alceu C. Costa (SEMSA), Anderson Vande Chemure (SEMFA), Edie Venâncio (BLOG), Edson X. Zale (Câmara), Vereador Alex Alves (Câmara). O Presidente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos, passou a palavra a 1ª Secretária para a leitura da ordem do dia. **Maria (SEMSA):** - Cumprimentou a todos e fez a leitura da ordem do dia. **Dougiva (ABEAP):** - Colocou em votação a ordem do dia, não tendo objeção foi aprovada e declarou aberta a 2ª Reunião Extraordinária. “Há mais de um mês atrás se iniciou aqui nesta casa um trabalho sobre Fundação Municipal de Saúde um pedido da deliberação do Conselho para que fosse realizado um estudo, aprovamos o estudo, foi feito um curso o palestrante está aqui o Dr. Thomé com a



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

43 Dra. Ana, todos participaram, o Conselho participou, foi explicado e explicado tudo  
44 que seria feito nessa Fundação como o Dr. Thomé vai palestrar agora pra fazer um  
45 complemento, esta reunião é somente uma hora podemos até passar alguns  
46 minutinhos, mas é necessário seguir o Regimento que seja feito em uma hora. Não  
47 será permitido que desviem o foco da questão epígrafe que está para se discutir  
48 Fundação Municipal de Saúde ordem do dia, artigo 20 do Regimento é necessário  
49 que cumpramos tudo isso que foi falado. Pedimos para que as perguntas sejam  
50 objetivas e o palestrante possa responder tudo que for necessário.” **Dr. Thomé:** -  
51 Cumprimentou e agradeceu a presença de todos. “Antes de abrir a Secretaria  
52 Municipal de Saúde tem trabalhado com a intenção de deixar muito claro,  
53 transparente com toda a sua equipe de colaboradores o que seria uma Fundação  
54 Municipal de Saúde, o que ela poderia contribuir para melhorar o serviço de Saúde  
55 no município. Foi instituída uma Comissão designada pelo Prefeito formada por  
56 profissionais de inúmeras áreas que compõem a Administração Pública a Dra.  
57 Walléria que está aqui presente coordena isso e em parceria com os técnicos da  
58 Secretaria foram discutidos todos os pontos que possam facilitar a compreensão  
59 porque a intenção de tudo isso é que quando se conclua por algo que essa  
60 conclusão seja de uma forma madura, consistente, que as pessoas não entendam  
61 de forma equivocada, uns entendem de uma forma outras de outra, e quando se  
62 tem muitos caminhos, opções a se seguir, então a idéia da Secretária Lígia era dar  
63 condições para a equipe da saúde em especial as pessoas que trabalham no  
64 planejamento que eles pudessem tomar uma decisão segura em optar junto ao  
65 Prefeito na constituição ou não de uma Fundação Municipal de Saúde. Então o  
66 objetivo das capacitações, encontros, das discussões em que o Conselho  
67 participou na presença do seu Presidente sempre presente foi no sentido de  
68 sempre se esclarecer tudo. Desde o início esse é um projeto que poderia ser feito  
69 da uma forma mais rápida pelo chefe do Poder Executivo e de imediato já se  
70 encaminhava ao Legislativo e vai fazer todo um rito de análise e assim por diante,  
71 mas se optou na Administração por conta de uma forma transparente, muito  
72 participativa levar isso ao conhecimento da sociedade para poder então tomar as  
73 medidas, enfim permitir que todos apoiassem. Durante todos os encontros se  
74 debateu as diversas formas que se constituem a Administração Pública Direta e  
75 Indireta e porque que uma Fundação poderia ser uma das alternativas mais  
76 prósperas para o município de Paranaguá. No meio desse debate é importante  
77 dizer que os Secretários de Saúde do Litoral do Paraná, ou seja, mais seis  
78 municípios tomaram conhecimento do fato e também vieram até aqui, estiveram  
79 presentes em reuniões, o CRESEMS QUE É O Conselho que regulamenta e reúne  
80 os Secretários também esteve presente e fez inúmeros questionamentos, se  
81 discutiu inclusive o surgimento de um Consórcio se ele pudesse concorrer com a  
82 Fundação se ela vier a existir porque ainda são só estudos quem de fato vai  
83 determinar isso é uma aprovação pela Câmara de Vereadores, então todos se  
84 mostraram muito interessados, inclusive na Audiência Pública que foi feita estavam  
85 presentes, por exemplo, os Secretários de Matinhos, e por quê? Porque são



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

86 municípios que não tem a estrutura que Paranaguá tem, então eles não  
87 conseguiriam montar uma Fundação, situação que Paranaguá consegue, e eles se  
88 mostraram muito interessados, inclusive depois de constituída também fazer parte,  
89 buscar apoio para estruturar a saúde do município deles, então muitos assuntos  
90 foram tratados aqui, se discutiu com toda a equipe da Prefeitura além da Secretaria  
91 de Saúde, representantes da Procuradoria, do Governo, da Administração,  
92 Recursos Humanos, Compras e pra equipe da Controladoria Geral do Município  
93 que é um Órgão muito importante e que responde junto ao Tribunal de Contas por  
94 todos os atos tomados pelo chefe do Poder Executivo, então a Controladoria Geral  
95 do Município ela se fez presente em todos os momentos, está aqui também nesse  
96 momento pra que possa acompanhar e entender tudo o que está acontecendo,  
97 então o estudo foi isso, nós debatemos todos os assuntos, falar sobre Fundações é  
98 um termo bastante grande, foram inúmeros encontros aqui, se falou sobre todas as  
99 características que se compõem, como que ela se constitui, como que ela trabalha,  
100 como que é a relação com o poder controlador que é o Município, como é a sua  
101 forma de controle, como que ela é controlada pelo Ministério Público do Estado do  
102 Paraná, pelo tribunal de Contas do Estado do Paraná, pelos órgãos de controle  
103 interno e assim por diante, então é nesse formato que foi relativo. De repente se  
104 tiver alguma pergunta mais específica, ou que eu poderia debater essas. O  
105 Conselho Municipal de Saúde em 2017 fez algumas perguntas e que foram  
106 respondidas por escrito pela Secretaria de Saúde, então podíamos esclarecer  
107 essas perguntas e aí se restar alguma dúvida a gente continua conversando. O  
108 Conselho na época perguntava assim: Quem vai gerir a Fundação? A Fundação de  
109 Saúde quando constituída ela compõem a Administração Indireta, então ela tem  
110 uma autonomia, ela é autônoma administrativamente e orçamentariamente, então  
111 ela tem autonomia para ter seus atos, só que claro subordinada ao poder que é o  
112 dono dela, o comprador que é o Poder Executivo do município, e entre a diretoria  
113 que vai fazer os atos e o município existe um Conselho Curador que é um Órgão  
114 mais importante da Entidade que é constituído pela sociedade de forma paritária,  
115 de forma igual, então representantes do Poder Executivo, representantes da  
116 sociedade, do Conselho Municipal de Saúde indica dois Conselheiros que  
117 compõem o Conselho Curador, são 09 (nove) pessoas e essas pessoas que na  
118 verdade tomam as decisões, que aprovam as decisões e dão a diretriz para que a  
119 diretoria executiva possa trabalhar. Têm uma diretoria executiva, um diretor geral,  
120 três diretores para gerir essa estrutura e que eles vão coordenar os trabalhos,  
121 serão aprovados pelo Conselho Curador. A Fundação vai trabalhar em paralelo  
122 com a Secretaria? Sim, totalmente paralelo. Por quê? Porque a Fundação ela vai  
123 prestar serviço de saúde para o município e quem vai determinar que serviços, que  
124 quantidade, que vai supervisionar a qualidade desses serviços é a Secretaria de  
125 Saúde, porque a Fundação ela pra trabalhar com o município ela precisa ter um  
126 contrato de gestão que diferente de um contrato administrativo que tem as  
127 cláusulas pactuadas, o contrato de gestão ele impõem resultados, então a  
128 Fundação quando ela tiver trabalhando a questão de saúde em Paranaguá ela vai



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

129 precisar demonstrar resultados, o alcance metas e assim por diante, então ela vai  
130 trabalhar paralelo sim, porque ela precisa da supervisão, da coordenação e da  
131 ordem de serviço da Secretaria, então a Secretária de Saúde só passa para a  
132 Fundação de fato o serviço que lhe é devido, assim como qualquer outro município  
133 que a Fundação vai atender. É importante dizer que do Litoral inteiro quando os  
134 municípios buscarem parcerias com a Fundação, a Fundação não vai até o  
135 município, mas os municípios vêm até a Fundação, isso significa dizer que  
136 Paranaguá será um grande centro regional de saúde, já é, já se destaca, por ser  
137 uma cidade pólo, mas será maior porque ela trará para Paranaguá, vai centralizar  
138 em Paranaguá inúmeros serviços de saúde. Na Audiência Pública muitas pessoas  
139 disseram assim: Então nós teremos muitas especialidades que hoje não temos?  
140 Sim, a probabilidade é muito grande, porque às vezes uma especialidade para  
141 atender um único município não tem uma demanda necessária, agora quando você  
142 congrega sete municípios você já consegue trazer especialidades que até então  
143 não se tinha, porque já tem uma demanda maior que suporta e dá condições de se  
144 trazer. Irá ter médicos da Secretaria na Fundação? Não, os médicos do município  
145 ficarão no município, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, todos  
146 trabalharão no município, eles fizeram concurso para o município e eles são  
147 concursados do município. Em alguns momentos pode haver a seção, essa seção  
148 ela precisa estar contida no contrato de gestão, em que condições eu cedo um  
149 médico para trabalhar na Fundação, então se eu ceder um médico eu pago menos  
150 por um serviço que a Fundação está fazendo, tem que ter uma relação de negócio  
151 entre o município (Secretaria de Saúde) e a Fundação, e mesmo assim se houver  
152 a seção ela tem um limite de tempo, nenhum profissional pode ir para a Fundação  
153 e ficar lá para sempre, porque eles na verdade precisam dar atendimento a  
154 Atenção Básica, porque o grande segredo de se montar uma Fundação que outros  
155 municípios já montaram é que as Secretarias de Saúde, os municípios o foco deles  
156 é Atenção Básica, mas no decorrer de toda a história do Brasil, isso não é para  
157 Paranaguá é para o Brasil é muito fácil para o Governo Federal, é muito fácil às  
158 vezes para algumas políticas estaduais direcionarem a execução ao município,  
159 porque de fato a coisa acontece é no município, e aí quando o cidadão precisa de  
160 alguma coisa ele conhece a casa do Vereador ele vai bater na porta do Vereador,  
161 ele conhece a casa do Prefeito ele vai bater na porta, quando um cidadão ele não  
162 consegue algum medicamento por algum motivo ele vai ao Ministério Público  
163 porque ele está ali no município é fácil é diferente de você reclamar com o  
164 Presidente da República, com um Senador você não consegue encontrar esse  
165 povo é mais difícil, então o que acontece é que as políticas públicas foram  
166 direcionando e sobrecarregando os municípios, então os municípios além de fazer  
167 a Atenção Básica começaram também a entrar na Atenção Secundária, média e  
168 alta complexidade que não cabe, mas isso também não pode chegar ao cidadão  
169 comum e falar que não pode vir reclamar de cardiologia comigo, tem que ir ao  
170 Estado, não é assim, para o cidadão ele precisa se tratar, se curar, então ele não  
171 escolhendo se vai falar com o Governador ou com o Prefeito, ele vem aqui no



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

município, isso vai sobrecarregando e hoje de fato tem que dividir muitos esforços entre Atenção Primária que é Atenção Básica e as especialidades, então quando se cria uma Fundação e dá pra ela os serviços especializados a Secretaria de Saúde pode se dedicar exclusivamente a Atenção Básica que é a Estratégia de Saúde da Família, que é visitar o cidadão em casa com o Médico, com o Enfermeiro, é ter Agente Comunitário de Saúde pra que na verdade nós tenhamos uma população com qualidade de vida e com saúde pra que não se tenha doença, pra que as pessoas não procurem um médico especializado, então na verdade a Fundação ela vai aliviar o trabalho da Secretaria pra que ela se dedique exclusivamente ao que de fato ela foi concebida e a Fundação possa trabalhar com todas as especialidades, e os médicos que estão na Secretaria naturalmente já vão preencher os postos que hoje faltam médicos. Quais profissionais serão alvos de contratação pela Fundação? A Fundação irá contratar todos os médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes, todos farão concurso e serão contratados, só que como a Fundação ela é de direito privado lá nós não teremos servidores públicos, nós teremos empregados públicos, por isso que não dá pra misturar muito os médicos da Secretaria porque os regimes de trabalho são diferentes. Aqui são servidores públicos regidos pelo Estatuto dos Servidores e lá são empregados públicos regidos pela CLT a mesma CLT de empresas privadas, mas todos terão que fazer concurso público médicos, enfermeiros, técnicos e todas as especialidades que a Fundação entender que é adequada, que ela precisa, e por ser Fundação e trabalhar com CLT ela tem um rito diferente então, por exemplo, ela pode perceber uma nova demanda de especialidade da medicina e ela já cria um cargo daquele médico, já concursa, já chama, já começa a trabalhar e assim por diante, ela vai se moldando aos contratos de gestão que ela vai firmando com os Municípios, com o Estado e assim por diante. A Fundação vai fazer concurso público pra ter os seus empregados, vai fazer também licitação pra todas as suas compras, então a Fundação ela não compra sem licitação, então ela tem que fazer licitação também e a Fundação por ser de direito privado ela vai seguir, ela se equipara as Estatais e existe uma Lei pra isso a Lei Nº 13.303 de 2015 que ela regula o tratamento das Estatais e assim por diante. Qual o déficit hoje desses profissionais para regularizar o atendimento a população? Aí é uma questão de dados da Secretaria. Por que tem que se criar a Fundação? Quais as dificuldades encontradas para atrair esses profissionais? O município ele tem um plano de cargos e salários e um médico que hoje faz concurso pra trabalhar em Paranaguá eu não sei os números exatos, mas aproximadamente o salário pra trabalhar 20 horas é R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais) então às vezes não se consegue profissionais médicos, tem aí uma grande demanda de serviços médicos onde a oferta de profissionais não é tão grande, os grandes centros concentram esses profissionais, eles se formam e ficam em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e não querem muitas vezes virem para o interior apesar de Paranaguá é grande não é interior é Litoral, mas tudo isso dificulta, então o fato de você ter uma Fundação ela facilita porque no município para se alterar o salário de qualquer



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

categoria ele implica em modificar Leis que mexe com outras categorias também e também o impacto de pessoal, gastos e outras coisas, então a Fundação ela tem uma autonomia maior para instituir esses ritos e ela consegue trabalhar, por exemplo, com regimes de plantões que pro município é difícil executar por causa da Lei do Estatuto, a Fundação ela tem uma flexibilidade maior pra trabalhar na gestão de pessoal. Como ela vai gerir isso? Em todos os sentidos, então ela vai fazer um acordo, por exemplo, com o sindicato da categoria e estabelecer todos os regimes de plantões, a forma que vai trabalhar e assim por diante. Esses funcionários serão lotados na Atenção Básica, Secundária ou Urgência e Emergência do Pronto Atendimento? A Fundação ela vai ser discutida, se aprovada ela vai absorver aos poucos os serviços que vocês entenderem adequados passarem pra Fundação, então ela deve ficar só com serviços de saúde da Atenção Secundária, especializados porque a Atenção Básica fica com o município, Vigilância Sanitária e assim por diante, então é natural que fique nessa situação. Como fica o limite prudencial com relação à folha de pagamento? Como a Fundação se constituída ela vai integrar a Administração Indireta do município e ela é de Direito Privado e equiparada as Estatais se ela tiver resultado superavitário ela é classificada pela Lei de Responsabilidade Fiscal como entidade não dependente, porque a Lei LRF de 2000 ela diz o seguinte: as Entidades da Administração Direta elas são classificadas em dependentes e não dependentes. Dependentes: Dependem do Órgão repassador. Independente: Não depende, ela tem suas rendas e se mantém com as próprias pernas. Ela na situação de não dependente todos os gastos de pessoal da Fundação não consolida com o município, então essa é a situação inclusive o Estado trabalha com a FUNEAS, apresentando um resultado superavitário, um resultado positivo ela não consolida as suas despesas de Recursos Humanos com o do Estado, isso é bom porque é assim que funciona, por exemplo, no Governo Federal quando você tem, por exemplo, a Caixa Econômica ela é superavitária, todos os gastos de pessoal que ela tem não consolida com os gastos de pessoal da União, é assim funciona. O Correio é superavitário não consolida. A CONAB essa deu prejuízo no último ano consolida. Então é nesse formato que funciona essa questão de consolidar ou não. Vejam por exemplo, a STN (Secretaria do Tesouro Nacional) ela regulamenta a contabilidade pública do Brasil e ela determinou agora em abril ela baixou uma Portaria a 233 que diz o seguinte: A partir do dia 01 de janeiro de 2021 todos os repasses de subvenção serão computados como despesas de pessoal. O que é repasse de subvenção? São Entidades que prestam serviços de forma voluntária, sem fins lucrativos, então a Entidade que cuida de idosos, a Entidade que cuida de crianças, a Entidade que acolhe pessoas com dependência química e que o município mantém contratos isso é chamado subvenção, são termos de colaboração tecnicamente falando termo de fomento é quando o município passa dinheiro pra Entidade fazer algo que a princípio é mais vantajoso que ela passe do que o município, eu sempre gosto de usar o exemplo da APAE que é muito conhecida e uma Entidade muito respeitada. Em municípios menores o custo de se



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

criar uma escola especial com toda a estrutura necessária e se manter uma equipe de professores para atender de repente sete, cinco alunos em municípios pequenos é muito alto, então é mais vantajoso o município repassar o dinheiro pra APAE que já tem toda essa estrutura e já atende os seus associados digamos assim e a APAE absorve esses cinco ou sete alunos do município, esse dinheiro que o município passa pra APAE nós chamamos de subvenção porque você passa o recurso pra fazer alguma coisa. Vejam a partir de 01 de janeiro de 2021 esse dinheiro vai se contar no índice de gastos com pessoal, então os municípios que tem inúmeras subvenções como é o caso de Paranaguá já estão começando a estudar como eles vão fazer isso, porque se esses valores entram no índice de gasto de pessoal você estoura o limite prudencial que é de 51.3 ou geral de 54 e você deixa estagnada a administração, os servidores não tem mais direitos a avanços, não é possível contratar hora extra, não é possível criar cargos, é necessário que se demita cargos comissionados conforme orienta a constituição, então é importante e a gente sempre alertou que vocês estão num momento muito bom de discutirem isso, e trazerem isso pra sociedade de forma democrática, participativa porque não está brincando digamos assim, se vocês não tomarem uma providência o que vai acontecer com Paranaguá em 2021? É muito comum em municípios que pegam o Hospital da cidade, por exemplo, e mandam o dinheiro pra lá e o Hospital faz às vezes da UPA, faz às vezes de tudo e eles mandam trezentos mil por mês, quinhentos mil por mês, um milhão por mês, porque o Hospital se vira com tudo, está muito cômodo pra esses municípios. E aí o que a STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e os Tribunais de Contas entenderam? Que esses municípios estavam burlando tudo, burlando licitação porque eles passam para o Hospital e esse não faz licitação, eles passam o dinheiro e o Hospital contrata médico que exerce sem concurso, então eles falaram vocês podem passar dinheiro, mas vai contar como gasto de pessoal, então esses municípios saíram dessa zona de conforto e terão que encontrar outra alternativa, eles podem prejudicar toda uma outra administração em função disso. Tem municípios que tem uma particularidade de terceirizar muita coisa que é isso mandar para as Entidades o que eles deveriam fazer, e nesse caso se criar uma Fundação não, porque a Fundação não vai além, o município repassa por contrato de gestão a responsabilidade pra ela executar em nome dele já que ela faz parte da sua administração indireta poder público para executar alguma coisa e ela não vai repassar para alguém, ela não vai terceirizar, por exemplo, médicos, ela vai concursar os médicos que serão empregados públicos.” **Nilson (CRF):** - “Que é o que está acontecendo com a FUNEAS, ela infelizmente contratou empresas pra fazer isso.” **Dr. Thomé:** - “É uma pena quando acontece isso, por isso que a preocupação de Paranaguá é criar para a sua Fundação se ela vir a ser aprovada pela Câmara de Vereadores, que seja uma gestão profissional, responsável, que ela seja sempre classificada como não dependente, que não tem porque você criar uma Fundação dependente do município, que você tenha que passar recurso pra ela e por isso a preocupação em capacitar toda a equipe da Secretaria de Saúde



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

pra que ela já cresça, nasça e que o nascimento dessa Fundação seja de uma forma responsável, madura, consistente e assim por diante. Eu sempre dou um exemplo claro, hoje nós vemos um exemplo na FUNEAS de má gestão, nós temos que pensar assim: quando o médico erra no Hospital nós não temos que fechar o Hospital nós temos que corrigir o médico, o problema não é o Hospital, a FUNEAS talvez ela tenha tomado decisões de gestão equivocadas, mas não é por isso que nós temos que fechar a FUNEAS, a FUNEAS ela não foi criada com esse intuito, mas ela é gerida, administrada por seres humanos, pessoas, então nós temos que corrigir essas pessoas e institucionalizar modelos de controle de gestão muito eficientes, controles internos pra impedir isso. Se o salário desses profissionais sairá do limite prudencial, qual a necessidade de criar a fundação, se a Prefeitura que vai arcar com as despesas? Os médicos são concursados, os enfermeiros, os técnico de enfermagem, os auxiliares de raios-x, o técnico de ultrassom, todos são concursados do município, criando a Fundação eu mando eles pra lá e eles saem do limite prudencial, o limite de pessoal? Não, esses profissionais são do município e eles vão ficar aqui, mas os que a Fundação contratar não entra no limite e hoje Paranaguá tem uma demanda represada de serviços, por exemplo, de CAPS que é uma coisa que a gente comenta que é um serviço especializado psicossocial, Paranaguá teria que ter três ou quatro e tem por enquanto um e a administração de Paranaguá consegue de imediato construir os prédios, mas o problema é contratar pessoas pra colocar ali dentro porque estamos sempre com o limite. Paranaguá é um município que tem história por consequência a sua administração é pesada, se você pegar Pinhais é um município lindo na Região Metropolitana, surgiu em 1996 quando tudo que tinha que dar errado nos municípios já deu, já estava testado, surgiu num momento lindo na história já com Constituição em funcionamento, quando Paranaguá surgiu não tinha nem Constituição, então nós temos toda uma história que carregamos e nós temos orgulho disso a situação é que tudo isso encareceu hoje nós temos uma folha no limite, sempre ali ajustando e assim por diante. Quando se cria e se estabelece mais quatro CAPS, por exemplo, um dos modelos de gestão é assim: o município constrói e repassa para a Fundação administrar, então o município consegue uma Emenda Parlamentar, consegue recurso do Ministério da Saúde, consegue recurso na Secretaria do Estado da Saúde, vem constrói o prédio, repassa para a Fundação e no dia seguinte já enche de médico, enfermeiro, e esse pessoal não entra no índice porque a Fundação ela é superavitária, então esse é o modelo de trabalho da Fundação, por isso que de certa forma vai aliviar a princípio a questão de índice com gasto de pessoal porque os servidores que hoje tem que dar conta da Atenção Especializada, da Atenção Secundária, eles vão se concentrar na Atenção Básica, então talvez por um tempo o município não tenha que precisar chamar mais de concurso médicos, enfermeiros, técnicos porque eles estarão com a equipe hoje atuando pra dar atendimento e todas as Unidades serem bem atendidas. Qual será a estrutura da Fundação no que diz respeito a funcionários e funcionamento? A Fundação ela terá uma estrutura bastante enxuta, ela terá um Conselho, esse Conselho Curador



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

ele por Lei como o Conselho de Saúde ele não é remunerado, porque ele é de utilidade pública, até porque se o Conselho Curador for remunerado ele perde o seu viés de independência para tomar as decisões que forem necessárias, agrade quem agrada, ou desagrada quem desagrada. Na sequência abaixo desse Conselho se pensou na estrutura mais enxuta possível, então é um diretor geral e três diretorias: uma Diretoria Técnica (administrativa, financeira) que é pra coordenar todas as contratações, RH, departamento de compras, licitações, manutenções dos postos; uma Diretoria de Assistência a Saúde, ou seja, um diretor que vai coordenar toda a parte clínica, médica, de enfermagem, técnico, que conheça a área e um Procurador Jurídico que vai dar o respaldo pra toda essa estrutura, então essa é a estrutura da Fundação, sem nenhum cargo de assessoria, sem função gratificada, sem nenhum tipo de penduricalho, todos os demais postos de trabalho serão empregados públicos concursados. Aí vocês me perguntam quem vai ser o Presidente? Vai ser um Presidente legal ou não? Bem passaremos por tudo às vezes temos governadores legais, às vezes não e paciência é um jogo democrático, o que temos que pensar para ser Diretor Geral ou um dos Diretores que compõem essas quatro pessoas a Lei 13.303 ela estabelece requisitos, então a pessoa que vai ser indicada terá que preencher o requisito da Lei 13.303, eu vou citar alguns deles: Comprovar experiência de 5 anos na área de atuação da Fundação, então o Prefeito não vai poder escolher, por exemplo, um Engenheiro para estar na Fundação porque ele não entende de prestação de serviço de saúde, a não ser claro que o Engenheiro tenha se especializado e comprovar isso; Ele terá que ter curso superior; Ele não poderá se enquadrar em nenhum caso de inelegibilidade (ter uma condenação por improbidade administrativa), se for uma pessoa que teve no meio político não pode ter nenhuma conta reprovada no Tribunal de Contas; Não pode nos últimos 03 (três) anos ter participado ou ocupado cargos em partidos políticos. “Acabamos as perguntas que tinham, já deu pra dar uma idéia geral do que foi discutido.”

**Dougiva (ABEAP):** - “Vocês ouviram o Dr. Thomé e se tiverem alguma pergunta ele acrescentará as respostas, mas podemos dizer a vocês que essa Fundação terá um Conselho Curador o qual terá a participação do Conselho Municipal de Saúde, mas o melhor de tudo isso não é somente a fiscalização do Conselho e do Conselho Curador, o melhor fiscal da Fundação será a sociedade que poderá cobrar e discutir com esse Conselho para que o Conselho possa trazer para a Secretária, para o Gestor e se chegar a uma conclusão. Hoje nós queremos que a Fundação seja um bem para Paranaguá. Alguma pergunta para o Dr. Thomé?”

**Figueiro (Câmara):** - Cumprimentou a todos. “Eu e os demais vereadores que aqui estão no intuito de preocupação sobre a mesma causa que nós vamos enfrentar, se preferimos ou não a implantação da Fundação na cidade de Paranaguá. Nós já acompanhamos outros municípios que tem Fundação com resultados positivos e negativos, então fica aí a dúvida entre nós que depois de concretizada a Fundação não se pode voltar atrás. Eu queria tirar uma dúvida sobre o que o senhor falou que a Fundação tem que ser superavitária, se ela vai



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

387 depender do recurso da Prefeitura para gerir e essas consultas vão ser gratuitas, já  
388 que vai ser um serviço da Prefeitura para a população porque ela vai ser  
389 superavitária? Através dessa Fundação dependendo do recurso que será pago a  
390 esse Médico não haverá um envolvimento de atrito dos Médicos do município e da  
391 Fundação dependendo da remuneração que ele vai ter? O Estado vai deixar de  
392 atender atendimento Secundário, porque hoje a saúde pública do município é  
393 básica como vai ficar a responsabilidade do Estado em relação ao atendimento  
394 secundário? Vai ficar por conta da Fundação? Eles não vão mais ou vai  
395 acrescentar ainda mais pra ser um atendimento melhor para os usuários? **Dr.**  
396 **Thomé:** - “Muito importante as perguntas. No início da década de 2000 foi um BUM  
397 no Paraná os OSCIP, a saúde do Paraná começou a ser tocada pelos OSCIP,  
398 então a gente conhece nomes como Corpore, Confiance, Adesobras são inúmeros  
399 os OSCIP, inclusive como orientação do Tribunal de Contas que se fizessem, os  
400 OSCIP tinham contrato de gestão e elas pactuavam também com os municípios, o  
401 município passa recurso para essas OSCIP e elas executam, e são superavitárias,  
402 muitos dos seus diretores tinham até aviões, e isso é de conhecimento público. Aí  
403 se percebeu que as OSCIP estavam de forma disfarçada porque eles teriam um  
404 resultado superavitário porque apesar de todo serviço ser público alguém paga,  
405 emite-se uma nota pro município, paga e assim por diante, aí se entendeu que  
406 esse modelo não funcionava e daí veio às terceirizações por empresas  
407 particulares, tanto que hoje muitos municípios complementam o seu serviço de  
408 saúde por terceirizadas. O ano passado o Ministério Público de Contas que faz  
409 parte do Tribunal de Contas, uma estrutura independente, mas que trabalha direto  
410 com o Tribunal de Contas ele fez uma auditoria em todos os municípios que tinham  
411 terceirização de médicos e abriu processos pedindo a imediata rescisão, até em  
412 medida cautelar que o Tribunal de Contas determinasse a suspensão disso, então  
413 nós passamos de um modelo de OSCIP de contrato de gestão, viemos para os  
414 serviços terceirizados para os contratos administrativos com empresas  
415 terceirizadas e agora está na situação que nós estamos no limbo, nós não  
416 podemos voltar para OSCIP porque já teve toda uma reclamação e agora a partir  
417 de 2021 esses gastos entram em índice de pessoal, as terceirizações são muito  
418 mal vistas pelo Ministério Público de Contas e por outros órgãos de controle  
419 também e estão com vários processos tramitando no Tribunal de Contas, então a  
420 Fundação nesse momento seria a alternativa do momento que está sendo  
421 construída e ela precisa ser superavitária. Como ela vai ser superavitária? Ela vai  
422 ser uma empresa pública, uma Fundação Pública de Prestação de Serviço de  
423 Assistência à Saúde, então ela vai prestar serviço gratuito à população, ela não  
424 pode cobrar nada, inclusive isso está na Lei que o Prefeito irá elaborar, ele vai  
425 precisar constar isso porque é um requisito de Lei, mas o município pagará. E o  
426 município vai pagar como? Existem tabelas preferências e essas tabelas por sua  
427 natureza já impõem certa lucratividade no serviço, então o contrato que a  
428 Fundação vai manter com o município, é como se o município estivesse pagando  
429 isso para uma empresa terceirizada com um custo muito menor porque uma



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

empresa limitada ela tem um regime tributário muito alto, nós temos um regime tributário presumido ou real que impõem valores absurdos, então quando uma empresa terceirizada imite uma nota para o município de prestação de serviço médico, por exemplo, ela paga em cima disso Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS, ISS, INSS, no entanto a Fundação ela é imune, a Constituição Federal no seu artigo 165 parágrafo 7 ela dá imunidade as empresas públicas, então tudo isso Vereador somado a outros detalhes acaba mostrando que os serviços prestados por uma Fundação se tornam muito mais vantajosos, mais baratos do que os serviços prestados por uma terceirização e assim por diante. Além disso, a Fundação ela terá outras receitas o que nós chamamos de receitas próprias, então na Constituição de uma Fundação é natural que se de a ela o direito a explorar educação e pesquisa, então uma Fundação depois de estruturada ela pode manter convênios com Universidades pra ter aqui residentes trabalhando, estudando e com isso ela vai receber. A Fundação será superavitária porque ela terá uma gestão profissional, enxuta e que os serviços que ela presta mesmo que tabelados já demonstram a possibilidade de sobras digamos assim, havendo sobras no final do exercício a Fundação deve reinvestir nela mesma, então ela vai comprar equipamentos, capacitar pessoal e assim por diante. Como vai se estabelecer o valor desse serviço? No contrato de gestão, então vamos imaginar que a Fundação vá hipoteticamente falando gerir um CAPS, por exemplo, então os serviços de CAPS são tabelados, estimados e isso é contido no contrato de gestão e não se trabalhara com déficit porque todos os serviços são feitos e já constituídos seus custos pra serem superavitários. Os médicos às vezes correm por má gestão, perda de trabalho, às vezes em algumas administrações públicas em capacitações usamos o nome de Modelópolis, lá em Modelópolis um determinado médico acaba não indo trabalhar, o seu colega tem que dar conta disso, mas ele é um custo para o município de Modelópolis. Nesse caso a Fundação terá um controle muito rígido, muito sério e como ele é gerido pela CLT ele permite isso. **Fanqueiro (Câmara):** - "A Fundação será imune as contribuições trabalhistas?" **Dr. Thomé:** - "Não, com as tributárias, ela vai contribuir com todas as obrigações trabalhistas. O senhor comentou o seguinte: Os médicos do município vão ganhar de um jeito e os da Fundação de outro? Veja que as posições não são as mesmas aqui o pessoal estará trabalhando na Atenção Básica e lá é serviço especializado não vai dar pra comparar, as vezes aqui é um regime de 8 horas diárias e lá é regime de plantão, é a mesma coisa querer comparar porque que um médico de Paranaguá não ganha como Albert Einstein que tem lá em São Paulo, são regimes diferentes." **Janete (SISMUP):** - "Tem uma tabela de procedimentos pra saber quanto custaria de uma Fundação e o quanto custaria de outro?" **Dr. Thomé:** - "Não porque depende do tamanho, porque a Fundação ela vai se moldando conforme a sua necessidade, ela pode começar com dez médicos. Se ela começar a atender, por exemplo, só o CAPS ela vai ter uma estrutura para atender CAPS, mas se ela for atender CAPS e UPA aí ela tem uma estrutura maior, aí ela fecha um contrato de gestão com Matinhos, com Guaratuba e com Guaraqueçaba aí terá uma estrutura maior e



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

assim por diante, porque ela consegue criar isso em função da sua facilidade.”

**Janete (SISMUP):** - “Ela pode receber Recurso Federal?” **Dr. Thomé:** - “Sim pode receber Recurso Federal, recursos do Estado que são recursos próprios, Recursos da União sem problema nenhum. Não existe uma fórmula, cada município terá a sua gestão.” **Anacleto (SISMUP):** - “Está falando aqui sobre a especialidade que é a grande dificuldade de Paranaguá, só que se Paranaguá não tem especialistas. Aqui também fala da regionalização do atendimento com profissionais residindo nas localidades específicas serviços complementares, se nós não temos o profissional, como ele vai residir aqui?” **Dr. Thomé:** - “Aqui está se colocando a situação, por exemplo, os Agentes Comunitários de Saúde eles tem que estar na região que eles atendem, no atual cenário de especialidades é diferente essa situação, o médico não tem que residir na cidade que ele atende. Existem alguns programas específicos como Atender melhor, Brasil Carinhoso, Atender em Casa, Melhor em Casa que são programas que exigem que a equipe multidisciplinar que compõem tem que ter muito contato com a localidade que ela atende, não é o caso dessa situação. É que aqui a pergunta dizia o seguinte: Qual é o déficit de profissionais para atender a população em relação ao município, pro município atender. E uma coisa que prejudica muitas vezes se você comparar município com Fundação é o caso que o município não tem a possibilidade, por exemplo, de concursar médico plantonista, então o que acontece o médico que concursar como médico aqui ele tem que morar em Paranaguá, em Pontal, mas ele tem que trabalhar 8 horas no município, ou 20 horas ou 40 horas. A Fundação pode contratar médicos por plantões no modelo em que eles adotarem, então isso facilita às vezes vir um especialista de Curitiba e fique aqui e faça um plantão semanal de 18 horas se for o caso e depois ele retorna. **Anacleto (SISMUP):** - “Então ela pode priorizar a contratação de especialistas?” **Dr. Thomé:** - “A Fundação ela vai trabalhar só com especialistas.” **Fangueiro (Câmara):** - “Se fizer um concurso vai ser concurso público e vai saber se é para plantão?” **Nilson (CRF):** - “Concurso público não é só aquele que a gente faz pra servidores do Estado e do Município, concurso público quer dizer que vai ter prova escrita ou de títulos, pode ser de várias formas, chamamos de concurso, mas o que vamos fazer é uma seleção de pessoas pra trabalhar na Fundação.” **Dougiva (ABEAP):** - “Pessoal não havendo mais tempo vamos colocar em votação. Quem está de acordo permaneça como está e quem tiver algo a reclamar que se manifeste. Não havendo manifestação está aprovada a Fundação Municipal de Saúde. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião e eu Valeska Nascimento Ragazzon Tizzoni, secretariei, redigi e digitei a ata e assino em conjunto com o Presidente deste Conselho, conselheiro José Dougiva da Silva Costa, em anexo segue a lista de presença.”

*Assinado por Valeska N. F. Tizzoni*